

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)



# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 4

  
Ano 2023

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)



# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 4

**Atena**  
Editora  
Ano 2023

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina  
 sProf<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 aProf<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra  
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional 4

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaiddy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
C569	<p>Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional 4 / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF  Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  Modo de acesso: World Wide Web  Inclui bibliografia  ISBN 978-65-258-0990-8  DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.908232402">https://doi.org/10.22533/at.ed.908232402</a></p> <p>1. Ciências sociais. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A coletânea Ciências sociais aplicadas: *Estado, organizações e desenvolvimento regional 4* é composta por 12 (doze) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, revisão integrativa e de literatura, relato de experiências, estudo de caso, dentre outros.

O primeiro capítulo analisa as mudanças da reforma *previdenciária, realizadas com a Emenda Constitucional nº 103/2019*. O segundo capítulo, por sua vez discute *os determinantes do controle social nos municípios brasileiros do ponto de vista da responsabilidade social das prefeituras e instituições envolvidas*.

O terceiro capítulo apresenta os resultados da análise dos *impactos dos processos de execução fiscal no andamento dos processos, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Já o quarto capítulo, apresenta os resultados da pesquisa acerca da influência da pandemia de Covid-19 *nas decisões sobre prisões preventivas tomadas entre os anos de 2020 e 2021*.


O quinto capítulo, discute os impactos da pandemia de Covid-19 no cotidiano dos alunos da educação básica em decorrência do ensino remoto. Já o sexto capítulo, apresenta a experiência *da certificação para a incubadora IF For Business*, discutindo seu nível de maturidade e apresentando *o método de certificação do CERNE1 a partir da ferramenta de gestão PDCA*.

O sétimo capítulo, *apresenta os resultados de um estudo sobre as inovações tecnológicas implementadas por MPEs da indústria têxtil do vestuário aglomeradas territorialmente*. Já o oitavo capítulo, analisa o processo *de venda direta de produtos artesanais da Rede Asta, desenvolvida pelo Instituto Realice, a partir do posicionamento de negócios no conceito de Effectuation de Saras Sarasvathy*.

O oitavo capítulo discute os resultados da pesquisa acerca do compartilhamento do conhecimento, pela rede de organizações do terceiro setor e como este processo pode fortalecer esse grupo de entidades. O nono capítulo, por sua vez, discute *a interface entre a prática reflexiva e a dimensão política do Serviço Social* discutindo a necessidade de seu fortalecimento.

O décimo capítulo, discute *a importância da conservação e valorização do(s) patrimônio(s) destes territórios de baixa densidade populacional enquanto recursos endógenos para o desenvolvimento local sustentável*. E finalmente, o décimo segundo capítulo, discute *o panorama político espírito-santense (1945-1961): governos Carlos lindenber e francisco lacerda de aguiar*.


<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>1</b>
MUDANÇAS OCASIONADAS PELAS ALTERAÇÕES DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL	
Carlos Alexandre Cirne Lopes	
Cássio dos Santos Borba	
doi <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324021">https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324021</a>	
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>23</b>
UM ESTUDO DOS DETERMINANTES DO CONTROLE E DA GESTÃO MUNICIPAL SOBRE OS FUNDOS DE DIREITOS CAPTADOS POR DESTINAÇÕES DE IMPOSTOS	
Artur Angelo Ramos Lamenha	
Karoline do Carmo Ramos Lamenha	
Cleydner Marques de Magalhães Maurício	
Sílvia Marisa Rampello	
doi <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324022">https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324022</a>	
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>40</b>
EXECUÇÃO FISCAL E MOROSIDADE JUDICIAL: IMPACTOS SOBRE O ANDAMENTO DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS	
Walquírya Vieira da Cruz Soares	
Laína Souza Ventura dos Reis	
doi <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324023">https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324023</a>	
<b>CAPÍTULO 4 .....</b>	<b>53</b>
UMA ANÁLISE DA PRISÃO PREVENTIVA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 SOB O OLHAR DA MAGISTRATURA E DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO	
Natália Ximenez Campanile	
Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer	
doi <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324024">https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324024</a>	
<b>CAPÍTULO 5 .....</b>	<b>76</b>
O IMPACTO DA PANDEMIA NAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DISCENTE	
Patrick Cezar da Silva e Silva	
doi <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324025">https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324025</a>	
<b>CAPÍTULO 6 .....</b>	<b>80</b>
INCUBADORA DE EMPRESAS NO IF GOIANO CAMPUS RIO VERDE: EM BUSCA DA CERTIFICAÇÃO	
Sílvia Ferreira Marques Salustiano	
Lavínnia Barros Ribeiro	
Frankcione Borges de Almeida	
Evaristo Fernandes Lima	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324026>

**CAPÍTULO 7 .....85**

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: ESTUDO EM UM DOS MAIORES POLOS  
TÊXTEIS DO PAÍS

Bárbara Silvana Sabino


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324027>

**CAPÍTULO 8 ..... 106**

CAUSATION E EFFECTUATION E A CRIAÇÃO DA REDE ASTA: INOVAÇÃO  
NA VENDA DIRETA DE ARTESANATO

Maristela Pessoa

Andre Ribeiro de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324028>

**CAPÍTULO 9 ..... 120**


CONHECIMENTO COMPARTILHADO EM REDE: UMA BOA ESTRATÉGIA DE  
FORTALECIMENTO?

Andreia Duarte Oliveira Costa

Maria Celeste Reis Lobo de Vasconcelos

Frederico Cesar Mafra Pereira

Oswaldo Ferreira Barbosa Junior


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324029>

**CAPÍTULO 10..... 137**

A INTERFACE ENTRE A PRÁTICA REFLEXIVA DO SERVIÇO SOCIAL E A  
DIMENSÃO POLÍTICA DA PROFISSÃO

Nívia Barreto dos Anjos


Maria Inês Amaro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90823240210>

**CAPÍTULO 11 ..... 149**

TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NOS TERRITÓRIOS  
DE BAIXA DENSIDADE

Nuno Manuel dos Santos Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90823240211>

**CAPÍTULO 12..... 155**

O PANORAMA POLÍTICO ESPÍRITOSSANTENSE (1945-1961): GOVERNOS  
CARLOS LINDENBERG E FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR

Francisco José dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90823240212>

**SOBRE A ORGANIZADORA ..... 168**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 169**



# O PANORAMA POLÍTICO ESPÍRITOSSANTENSE (1945-1961): GOVERNOS CARLOS LINDENBERG E FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR

*Data de aceite: 01/02/2023*

### **Francisco José dos Santos**

Mestre em História social das relações políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Sob orientação do Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes

## **1 | ANÁLISE DO QUADRO POLÍTICO CAPIXABA: LIDERANÇAS POLÍTICAS E PRINCIPAIS PARTIDOS**

Em análise direta, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi um destaque nacional: de Getúlio Vargas a João Goulart. Quanto ao estado do Espírito Santo, a alternância estava entre os líderes do Partido Social Democrático (PSD), como nas figuras de Jones dos Santos Neves e Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, desde 1945, que disputavam ora o senado, ora o governo do Estado. Por sua vez, Francisco Lacerda de Aguiar (Chiquinho), em princípio no PSD, mais tarde dentro de uma Coligação Democrática composta por vários partidos, fez parte também desse

revezamento, completando uma tríade no poder político capixaba por vários anos.

Os trabalhos que chamam a atenção são os dos autores capixabas Marta Zorzal (1995)<sup>1</sup> e Fernando Achiamé (2010). Ambos fizeram importantes análises concernentes à história política do território espírito-santense do período de 1930 (Achiamé), aos anos subsequentes, chegando à década de 1960 (Zorzal).

O Espírito Santo não foi um estado indiferente ao que estava acontecendo no plano nacional. No Estado, os partidos políticos pleitearam seus momentos no jogo do poder, nas intrigas políticas capixabas. Para tal desenvoltura, as análises de Rogério Medeiros e Zorzal, são fundamentais para o entendimento da política local. Para Marta Zorzal (1995), o PSD lançou os candidatos Jones dos Santos Neves e Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, que sempre se alternaram na política espírito-santense, desde a

<sup>1</sup> As obras em evidência são, quanto aos escritos de Rogério Medeiros, correspondem à coletânea de artigos no site: [www.seculodiario.com](http://www.seculodiario.com)., compreende textos diversos sobre partidos políticos capixabas. Assim como, do periódico Espírito Santo Agora, que traz algumas reportagens atribuídas a Medeiros. Quanto à de SILVA, Marta Zorzal e. Espírito Santo, Estado, interesse e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.

fundação do PSD, no início dos anos 1930.

Sobre a fundação do PSD no Espírito Santo merece destaque a atuação do então secretário de Punaro Bley<sup>2</sup>, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, que viajou o estado para construir o partido, apesar da negativa do seu tio, o ex- governador Jeronimo Monteiro, de que era considerado herdeiro político. Em entrevista ao IJSN Lindenberg rememora:

Ao convite, o ex-governador [Jeronimo Monteiro] respondeu: ' Conheço muito bem esses gaúchos. Getúlio só vai sair do poder velhinho, levado pela mão dos outros ou então morto. Não vou colaborar com esta farsa democrática '. Liberado então [ Lindenberg] (...) para convidar seus antigos companheiros de política, principalmente os coronéis, a integrarem a nova agremiação partidária. Foi com o apoio quase integral desses coronéis que se formou o forte PSD no Espírito Santo. (...) e que a partir daí, [fui] me desligando-se de Jeronimo Monteiro a quem, todavia, nunca deixei de homenagear. (Idem) ( De Viva Voz. 1989, pg. 31- 32)

Durante a construção e o período eleitoral que acabou elegendo os dois Monteiros para a Câmara Federal não houve confronto direto entre a defesa do pensamento e da construção partidária getulista construída por Lindenberg a pedido de Bley e a visão antigetúlio preconizada por Jerônimo. Contudo, apesar da eleição conseguida pelo Partido da Lavoura, Jeronimo Monteiro morreu no dia 23 de outubro de 1933 no dia em que tomaria posse.

Uma Coligação Democrática reuniu imediatamente o PTB, PR, PSP, PRP, PDC e parte da UDN (MEDEIROS, acesso em 10 abr. 2012). Foi eleito o presidente do PSP, Lourival de Almeida. Chiquinho, que era do PSD, foi imediatamente para a Coligação Democrática. De acordo com Medeiros (acesso em 10 abr. 2012), Chiquinho evitou atritos entre os partidos que integravam a Coligação. O passo seguinte da Coligação foi criar um triunvirato para dirigir a campanha de Chiquinho, formada de: capitão Joaquim Leite de Almeida, do PSP; Oswaldo Zanelo, do PRP; e Floriano Rubim, do PTB.

Sendo Chiquinho eleito para governo do Estado, no período de 1955-1959, o PSP, contudo, elegeu apenas um deputado estadual: José Cupertino Leite de Almeida. No mais, as preocupações do PSP foram sempre compostas de rivalidades que precisavam ser vencidas.

Contudo, após a discursiva sobre o PSP, há, afinal, a necessidade de relacionar a União Democrática Nacional (UDN). Como um partido ultraconservador, a UDN fez um trabalho também de rivalidade com o PTB. Ainda, a UDN capixaba surgiu da Esquerda Democrática. Fundada em 1945, a UDN teve como seu primeiro presidente o médico Mileto Rizzo, do município de Muqui. Nas eleições de 1946, ela elegeu seis deputados estaduais: Argeo Lorenzoni, Dulcino Monteiro de Castro, Mileto Rizzo, Moacir Brotas, Pedro Feu Rosa e Roberto Silveiras. Conforme Medeiros (2012) foi uma grande representação desses parlamentares para a região sul do Espírito Santo.

---

<sup>2</sup> João Punaro Bley foi interventor federal entre os anos de 1930 a 1943.

Em 1958, o PSD recuperou o governo com Carlos Lindenberg, herdeiro político da tradicional família Monteiro, do Sul do Estado. Seu legado político vem de Jerônimo Monteiro, Bernardino Monteiro, além de Florentino Avidos, ambos foram também governadores do Estado e ligados a setores tradicionais dos partidos conservadores.

Passemos para outros dois partidos que no Estado do Espírito Santo buscaram se afirmar: o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Republicano Democrático (PRD). Conforme Medeiros (2012), o PSB construiu sua história em Cachoeiro de Itapemirim, o PRD ficou conhecido por causa da figura do professor Alberto Stange Júnior, único deputado de toda a sua história:

Enquanto o PSB abrigou indecisos jovens diante da ideologia socialista, numa época em que se confundia liberalismo com socialismo e centro com a esquerda, o outro nasceu da necessidade da Maçonaria de colocar suas propostas políticas (MEDEIROS, acesso em abr.de 2012).

O ano de 1946 é a data de entrada do PSB na capital do Espírito Santo. Rubem Braga, intelectual capixaba, discutiu com outros tantos a formação do partido. Mas, em 1948, o partido somente teve candidatos em Cachoeiro. Foram eleitos vereadores Elimário Imperial e Newton Meirelles e a legenda do PSB foi maior do que a aliança do PSD-UDN na sede do município. No mais, o PSB praticamente dominava a vida intelectual de Cachoeiro de Itapemirim. Entre os seus filiados encontravam-se jornalistas que tinham o domínio das redações. O mais conhecido era Newton Braga, irmão de Rubem Braga.

Numa recente obra de nome *Mário Gurgel* (2008), o autor Antônio Gurgel faz uma interessante biografia de seu pai. Mário Gurgel, deputado pelo PTB capixaba, deixou um trabalho profundamente humanitário no Espírito Santo, conforme o autor: criou a Casa do Menor, auxiliou no Instituto do Bem Estar do Menor, entre outros. Ainda, sua atuação política como parlamentar estadual, e também na condição de um dos primeiros negros no parlamento no estado, foi marcante.

Nas declarações positivas de Antônio Gurgel (2008), o parlamentar Mário Gurgel (PTB), quanto às eleições para a sucessão da presidência da República no período de Juscelino Kubitschek, defendia as candidaturas de Jânio Quadros e Fernando Ferrari, opondo-se à coligação PSD/PTB, posto que sempre em controvérsias com os deputados do PSD.

Nas farpas que frequentemente eram trocadas entre Mário Gurgel e os parlamentares do PSD, em uma dessas, de acordo com Antônio Gurgel (2008), o parlamentar petebista dizia que o PSD era um partido parasita do Partido Trabalhista Brasileiro. “[...] tudo que temos de podre no PTB devemos ao domínio do PSD” (GURGEL, 2008, p. 102). A fala de Mário Gurgel não se restringiu a poucas e veementes críticas. Todo seu discurso foi voltado contra o partido oposto, deixando evidenciadas as rugas criadas entre Gurgel e os pessedistas. No clímax de seu discurso, Mário Gurgel manteve a fala na qual o PSD era provocador de fome e de engambelarem João Goulart (GURGEL, 2008).

Entre conflitos e intrigas, o trabalhismo capixaba parece ter procurado enfatizar o aumento do número de seus representantes políticos. A revista *Espírito Santo Agora* (maio de 1979, p. 12), traz em resenha a matéria sobre o Partido Trabalhista Brasileiro, de 1945 a 1962.

De acordo com a matéria, o PTB no Espírito Santo se caracterizou por uma vitalidade impressionante, a ponto de ser o partido com maior número de prefeitos, deputados e coligações à parte. Floriano Rubim<sup>3</sup>, um hábil articulador político, deu início ao PTB apenas com um líder sindical, Saturnino Rangel Mauro. Entretanto, recrutou o restante dos membros no interior do Estado, valendo-se de elementos expressivos que não se alinhavam com os líderes possedistas (*Espírito Santo Agora*, maio de 1979, p. 12).

Floriano Rubim passou a persistir em atrair eleitores para o seu partido. Na década de 1950, trouxe líderes e o número de deputados passou de dois para seis, na bancada da Assembleia Legislativa. Ainda se explica tal fenômeno no fato de que o partido obteve um crescimento rápido influenciando no equilíbrio de forças partidárias no Estado. Conforme o periódico citado (1979), como o PSD possuía um bom número de participantes em sua bancada, a UDN (segunda maior bancada, com sete parlamentares) passou a disputar a força política com o PTB (este com seis deputados).

No entanto, mesmo sendo políticos de uma ideologia trabalhista, os interesses estavam voltados para a própria classe. A revista *Espírito Santo Agora* atestou o PTB espírito-santense com uma conclusiva ênfase:

A julgar, portanto, o passado do PTB no Espírito Santo, não seria exagero dizer que ele sempre contribuiu com a classe dominante, esquecendo-se, naturalmente das causas trabalhistas, em que pese as marcantes e isoladas atuações de Ramon de Oliveira Neto e Mário Gurgel. Partido composto em sua maioria de proprietários rurais e profissionais liberais, esteve sempre atrelado aos interesses políticos de Floriano Lopes Rubim e Rubens Rangel. (*Espírito Santo Agora*, 1979, p. 12).

Por seu turno, as atividades do Partido Comunista aqui no Estado parecem terem tido um relativo êxito. Na obra intitulada *História eleitoral e parlamentar do PCB no Espírito Santo, de 1945 a 1992 os pesquisadores Rafael Simões e Wania Malheiros*<sup>4</sup> apresentam um relato sobre a trajetória da legenda no Espírito Santo. Conforme os autores, no estado, as primeiras informações sobre o PCB datam do final de 1927, com a chegada do estivador, Santos Antônio Bernardino, candidato a deputado federal, não eleito em 1933 (SIMÕES; MALHEIROS, 1996). Ainda segundo os autores, para um trabalho de panfletagem, dentro do bom sentido, o PCB capixaba promoveu uma publicação diária que investisse mais numa propaganda positiva sobre sua atuação. Tal publicação surgiu pelos idos de 1945,

---

3 Floriano Rubim fundou o PTB e ficou nesse partido até o momento em que achou que o partido não correspondia aos seus interesses (de acordo com Rubim, o partido não estava como antes). Saiu e fundou o PTN. Com o golpe civil-militar de 1964 foi para a Arena. Neste partido, exerceu um final de mandato e conquistou outro em seguida (*ES-Agora*, maio de 1979, p. 13).

4 Simões, Rafael; malheiros, wânia. (.....)

com o jornal *Folha Capixaba*.

Dessa forma, nas eleições de 02 de dezembro de 1945 para a presidência da República, Yedo Fiúza, candidato pelo PCB, recebeu uma votação significativa no estado do Espírito Santo. De acordo com Simões e Malheiros (1996), Fiúza obteve 4442 votos, representando 4,15% dos votos válidos. Com esse resultado, conseguiu superar sua própria votação em vários outros estados brasileiros.

Nas eleições de 1946 para Assembleia Legislativa, o PCB, no Espírito Santo, apresentou uma chapa composta por 32 nomes, mas somente um deputado foi eleito, Benjamin de Carvalho Campos, com 966 votos (SIMÕES; MALHEIROS, 1996, p. 87).

Quanto às eleições subsequentes, em 03 de outubro de 1950, o PCB elegeu o vereador Miguel Miranda, que ficou na primeira suplência e teve oportunidade de assumir o mandato quando o titular obteve uma licença médica. Nas eleições estaduais de 02 de novembro de 1950, o partido elegeu o deputado estadual Custódio Tristão. Em 1958, o PCB elegeu dois vereadores, um em Cachoeiro de Itapemirim e outro em Ecoporanga (SIMÕES; MALHEIROS, 1996).

É salutar também a referência à Câmara Federal, pois o PCB elegeu Ramon de Oliveira Neto, pelo PTB, com 13.287 votos, representando 6,01% dos votos válidos (SIMÕES; MALHEIROS, 1996). No mais, como argumentam ainda os autores, no Espírito Santo, o PCB teve um crescimento orgânico e político nos municípios do interior. De acordo com Simões e Malheiros (1996, p. 90) com a eleição de Ramon de Oliveira Neto, “[...] o PCB consegue pela primeira e única vez no ES exercer influência no movimento de camponeses”. Esse episódio é referente ao caso de Cotaxé, conhecido como o massacre de Ecoporanga, no norte do Estado. Até o ano de 1964, o partido irá passar por diversas situações adversas no Espírito Santo. Com o advento do golpe de Estado de 1964, haverá interrupções na vida política dos mais diversos partidos.

## **1.1 Os Governos capixabas no período democrático: o fim do Coronelismo?**

Sobre o coronelismo no Espírito Santo, as referências pertinentes continuam com as dos pesquisadores capixabas Fernando Achiamé e Marta Zorzal. Em sua interessante obra *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)*, Fernando Achiamé dá uma referência primordial sobre o coronelismo espírito-santense:

[...] o acesso ao exercício da política no estado era limitado às pessoas que possuíam estreitas ligações familiares e de compadrio com as oligarquias locais, cuja riqueza estava baseada, geralmente, na exploração do latifúndio e do comércio cafeeiros [...]. (ACHIAMÉ, 2010, p. 91).

Ainda como certifica Achiamé, tais oligarquias eram promotoras da montagem e da manutenção de uma fechada rede de favores políticos. Isto é, caracteriza-se o comprometimento entre essas oligarquias, resultando em reciprocidade. Numa palavra, uma relação de parentesco e compadrio. Na região norte do Espírito Santo, mais especificamente

em São Mateus, com o barão de Aimorés, os Calmon dominavam a política em Linhares e Colatina. A família Monjardim em Vitória, destaques para o coronel Monjardim e o barão de Monjardim (ACHIAMÉ, 2010, pp. 91-92). Ao sul, temos também os diversos membros das famílias Souza Monteiro, Florentino Avidos, Marcondes de Souza e Vivacqua.

Como declara com firmeza Marta Zorzal:

A dinâmica das articulações políticas se realizava através de uma estrutura oligárquica e elitista a qual, através da marginalização institucionalizada da população e manipulação do processo eleitoral, se manteve no poder até a Revolução de 30, a nível de Brasil. (ZORZAL, 1995, p. 91).

Entretanto, como ainda chama a atenção Zorzal (1995, p. 83), a região sul do Espírito Santo era constituída de grandes proprietários rurais controlando todo o eleitorado. Dessa forma, nessa plaga a participação política era bem mais limitada do que na região central capixaba.

As eleições, como eram arranjadas, seu resultado, já era de antemão sabido. As expressões eleições *a bico de pena e voto de cabresto* são próprias do período. Conforme Achiamé (2010, p. 93), “[...] as divergências intraoligárquicas eram resolvidas, de modo geral, no seu próprio âmbito”. Numa dimensão maior, a intervenção federal deveria atenuar as discrepâncias. No entanto, o último presidente do estado foi Aristeu Borges de Aguiar, até 1930. No mais, após a Revolução de 1930, o interventor indicado por Getúlio Vargas foi João Punaro Bley.

Havia, entretanto, na Primeira República (em boa parte desta), o Partido Republicano Espírito-Santense. Tal partido foi uma das principais referências para os futuros líderes da política capixaba. No mais, com a Revolução de 30, as personagens políticas capixabas são trocadas para darem lugar a outras. Trocam uma elite por outra, indicada pelo novo governo da República, na pessoa de Getúlio Vargas.

No entanto, para entendimento acerca da atuação política de alguns partidos em disputas pela governadoria espírito-santense, vejamos a tabela com sua cronologia a partir dos anos de 1947 (Jones dos Santos Neves) a 1962 (Chiquinho):

<b>Para governador do Estado</b>		<b>Governador eleito</b>
1947: PSD/UDN= 64,9% PR/PDC= 35,1%		Carlos Fernando Monteiro Lindenberg
1950: PSD/PTB= 58,8% PRT/PDC=41,2%	PSP/PR/PRP/	Jones dos Santos Neves
1954: PSD/UDN/PDC=44,8% 55,2%	PTB/PR/PRP/PSP=	Francisco Lacerda de Aguiar
1958: PSD/PSP=47,3% PTB=26,2%	UDN/PRP=26,5	Carlos Fernando Monteiro Lindenberg
1962: PTB/PRP/PSP/PDC/UDN= 52% PTN=48%	Acordo PSD/	Francisco Lacerda de Aguiar

Tabela - Percentuais de votos partidários Espírito Santo

Fonte baseada nos estudos de monografia de Marcelino Marques (1997)



Como podemos entender, pela tabela, o pós-1945 no Espírito Santo ficou caracterizado pelas disputas entre as lideranças principais do PSD e dos pequenos partidos. Assim são elas: Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Jones dos Santos Neves, Francisco Lacerda de Aguiar. Em 1954, o PSD tem uma pequena queda, porém, retoma a direção do Estado, em 1958, com 47,3% dos votos. No pleito de 1962, o partido novamente perde a eleição para o cargo de governador (MARQUES, 1997).<sup>5</sup>

A partir do quadro passaremos a analisar as ações dos governos estaduais, em parte, entre 1947 e princípios de 1960 no estado do Espírito Santo. Dos anos de 1945 a 1964, o Partido Social Democrático (PSD) obteve uma relativa expressão na política partidária do Espírito Santo. Sobre o nascimento do PSD, de acordo com Amylton de Almeida:

A fundação ocorreu em 1932, antes do rompimento com Jerônimo (Monteiro). Bley convidou Carlos a participar, assim como Francisco Otávio, Asdrúbal Soares, Oswald Guimarães, Carlito Medeiros- uma comissão composta por trinta pessoas [...]. (ALMEIDA, 2010, p. 152).

Esse partido procurava manter sempre a liderança do controle do Estado. Como estratégia, realizava coligações/alianças até com os partidos de oposição para garantir a permanência no poder.

Embora o PSD tenha aglutinado ao seu redor uma rede de políticos, teve dois principais protagonistas: Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg. Dois típicos políticos elitistas que fizeram parte, por assim dizer, do desenvolvimento político capixaba. Não se deve negligenciar, neste estudo, uma personalidade, por vezes antagônica a Lindenberg, que foi Francisco Lacerda de Aguiar, o popular Chiquinho. E sobre a forma distinta dos dois primeiros de governar o Estado, Carlos Lindenberg, num dos vários depoimentos que prestou, afirmou que:

Havia sempre quem era partidário de um em detrimento do outro. Mas isso nunca desuniu o partido. As duas lideranças trabalhavam para a união do partido. Sempre nos respeitamos muito" (De Viva Voz, 1989, p. 38).

O PSD foi formado com base nas estruturas governamentais apoiadas por Getúlio Vargas. Nesse contexto de entrada num regime democrático pós Estado-Novo, existiam vários mecanismos legais para permitir o registro de partidos de qualquer natureza ideológica, bem como dispositivos que permitiam o cancelamento de partidos. Essa possibilidade, então, foi utilizada pelos partidos de esquerda. O voto do analfabeto foi impedido, mas a sua participação como candidato, não.

Nas eleições de 1947, a aliança PSD/UDN elege Carlos Lindenberg para governador do Estado. Jones dos Santos Neves é eleito senador pelo PSD. Na Assembleia Legislativa, o PSD tem 14 parlamentares, a UDN 06, o PR 04, o PDC 02, o PTB 02, o PRP 02, o PCB 01, o PRD 01 (ZORZAL, 1995).

O político Carlos Lindenberg não chegou a concluir o mandato. Renunciou seis

---

5 MARQUES,

meses antes para se candidatar ao Senado. Foi eleito e exerceu o mandato senatorial de 1951 a 1958. Conseguiu também eleger seu sucessor, Jones dos Santos Neves.

Ao que concerne às eleições de 1950, a aliança PSD/PTB elegeu Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg para o Senado. A Assembleia Legislativa ficou assim composta: PSD 15, UDN 7, PTB 6, PRP 2.

Conforme a revista *ES-Agora* (s/d), após a queda de Vargas em 1945, Lindenberg encontrou um ferrenho opositor do PSD, na figura do udenista, Eurico Rezende. Por este caminho, consolida-se a postura da qual se ressentia o udenismo capixaba, a atuação solitária de Rezende como parlamentar. Todavia, a forte presença de Eurico Rezende caracterizou a existência e vigor da bancada capixaba da UDN (partido ainda não expressivo à época no Espírito Santo), com grande oposição ao PSD.

O Plano de Valorização Econômica do Estado deveria ser executado num prazo máximo de cinco anos, tendo quatro áreas beneficiárias dos investimentos: obras do porto de Vitória; ampliação do suprimento de energia elétrica; investimentos nas rodovias e fomento da produção agrícola.

Por sua vez, um dos objetivos de Carlos Lindenberg foi o de conter os gastos públicos. Percebeu, logo no início de seu primeiro governo, em 1947, que o gasto com funcionalismo público era muito alto e por isso deveria haver um controle mais rígido. Acontece que essas medidas entraram em choque com as forças políticas aliadas, ou seja, com a UDN. O PSD tinha feito uma aliança com a UDN para vencer as eleições e com isso garantir o controle do Estado. Assim, era necessário construir um governo de coalizção para direcionar as ações.

A UDN passou a ver nessas medidas de Carlos Lindenberg um caráter de perseguição política, nas quais, segundo políticos da UDN, Carlos Lindenberg se utilizou de diversas manobras possíveis para diminuir o espaço político da UDN. Devido a esses conflitos, a aliança PSD/UDN se rompe. A UDN se retira da situação e passa a fazer oposição ao governo do PSD, isto é, a Carlos Lindenberg.

A UDN consegue a adesão de deputados na Assembleia Legislativa, criando sérios obstáculos às forças políticas do governo de Carlos Lindenberg. Todavia, essa adesão abre espaço para as forças políticas, aliadas a Lindenberg, fazerem manobras necessárias, principalmente as de cunho clientelista/coronelistas. Com essas manobras, o governo passa a efetivar de fato a sua política de desenvolvimento econômico e social.

Ao que consta, Marta Zorzal (1995) faz uma análise dos dois governos do PSD, considerando nuances nas administrações de Jones dos Santos Neves e Carlos Fernando Monteiro Lindenberg:

Em essência, de certa forma, Carlos Lindenberg retomou o projeto de desenvolvimento iniciado por Jones dos Santos Neves, mas o fez imprimindo feições bem distintas daquelas idealizadas por Jones. Isso porque as concepções que têm, sobre as vias de desenvolvimento socioeconômicas, são bem diferentes. Enquanto Jones dos Santos Neves partilhava as ideias

getulistas de desenvolvimento industrial acelerado, induzido pelo Estado, como forma de desenvolvimento, Carlos Lindenberg solidarizava-se com a alternativa mais conservadora, também presente na formação social brasileira. (1995, p. 355).

Ao examinar os dois mandatos de Carlos Lindenberg, bem como ao efetuar a análise de seus discursos como governador e senador da república, percebe-se que, a partir do final de seu primeiro mandato como governador (1947-1951), e mais especificamente no segundo mandato no mesmo cargo (1958-1961), o tema industrialização se faz presente, claro que não esquecendo suas raízes no campo, pois como o mesmo afirma categoricamente:

Empregamos todos os esforços possíveis para a realização do programa de eletrificação propiciando a industrialização do estado, visando às nossas fontes de receita e produção que aludi. Como não compreendo industrialização sem produção agrícola, entendo que a agricultura, em todos, os seus ramos, deverá ter todo o amparo, toda a assistência técnica, social e financeira, como seu mais legítimo direito [...] (AMEILDA 2010, p.19).

Podemos perceber que, de forma mais acentuada, a preocupação de Carlos Lindenberg com a industrialização se iniciou ao final do primeiro governo, depois de colocar em dia as finanças do Estado que segundo ele, encontrou um caos,

O meu primeiro período governamental foi de 1947-1951. Mas foi um período para mim muito difícil (...). De modo que minha principal preocupação foi arrumar a casa, botar em ordem o pagamento do funcionalismo atrasado. (...) e procurar a ordenar a administração a fim de poder melhor administrar". (IJSN, 28/05/1970).

Ao concluir o primeiro mandato, o governador Carlos Lindenberg deixou o projeto de implantação da usina hidrelétrica da Suíssa [sic] pronto para seu sucessor também do PSD, Jones dos Santos Neves, colocá-lo em prática. A construção da Suíssa, cujo projeto de implantação foi delineado em 1951-1952 pela AGE, Companhia Sul Americana de Eletricidade, possuía o objetivo de aproveitar o potencial hidráulico do rio Santa Maria da Vitória, devido às suas acentuadas declividades e proximidade com o principal centro consumidor, Vitória. E quando retorna ao governo do estado em 1959 a 1961, dando continuidade ao projeto em 12 de maio de 1961, assina contrato com a Companhia Moreno do Brasil S.A, para levar adiante as obras da hidroelétrica.

Por sua vez, para o jornalista Rogério Medeiros (1982), Carlos Lindenberg consolidou duas coisas no Espírito Santo: o partido (PSD), que se transformou realmente na expressão mais forte do Estado, a ponto de exigir a reunião de vários partidos para poder equilibrar uma disputa eleitoral, e a sua liderança, feita num estilo muito especial.

No entanto, no pleito de 1954, o PSD lançou a candidatura de Eurico Salles para governador. Francisco Lacerda de Aguiar (Chiquinho), que era deputado federal pelo PSD, irritou-se com a indicação do nome de Salles. Chiquinho, na verdade, esperava que o nome dele fosse o indicado. Então, rompeu com o PSD e abriu uma dissidência no partido,

formando a coligação PSP/PTB/PR/PRP e parte da UDN. Ele conta com detalhes como a coligação surgiu:

A coligação me chamou para dividir e enfraquecer o PSD. Acho que nem eles acreditavam na minha vitória. A princípio o PSD aceitara a minha candidatura pelo partido, mas depois mudaram. Não sei o que houve. Aí, das duas uma: ou eu saía da política, ou aceitava a proposta da oposição. Aceitei a segunda hipótese e enfrentei Eurico Salles, do PSD, um rapaz muito distinto. Ganhei. (*ES- Agora*, 1972, p. 34).

Marta Zorzal faz uma síntese desse momento da coligação em apoio ao candidato Chiquinho, no que podemos constatar:

A vitória da coligação democrática para o governo estadual não foi acompanhada de um significativo rearranjo na correlação de forças no poder, tanto regional como central. [...] Lacerda de Aguiar, o qual, habilmente, associou seu carisma a práticas populistas, num contexto que começava a se tornar permeável a esse tipo de prática. Como resultante, se verá que a Coligação Democrática 'reinou mas não governou'. (ZORZAL, 1995, p. 298).

Como conta Carlos Lindenberg, em suas memórias, de acordo com o pesquisador capixaba Amylton de Almeida:

Como deputado federal, Chiquinho começou bem, mas depois apareceram em Guaçuí folhetos com o nome dele como candidato a governador do estado. Ele me negou que tivesse mandado fazer aquilo. Ele era do PSD (...) e os outros partidos todos acharam que era ocasião de se livrarem de nós, de derrubar o PSD, e então lançaram o Chiquinho. Eles fizeram uma campanha muito populista (...). (ALMEIDA, 2010, p.372).

Na esteira populista de Getúlio Vargas, que em São Paulo teve por seguidor Adhemar de Barros, adotou o slogan *Chiquinho vem aí*, e venceu com 95.389 votos contra 77.476 dados a Eurico Salles.

No que concerne ao resultado das eleições de 1954, constata-se: a coligação democrática PTB/PR/PRP/PDC elege Francisco Lacerda de Aguiar para o governo do Estado. Na Assembleia Legislativa, o PSD tem 12 parlamentares; o PTB, 8; UDN/PDC, 5; PR/PRP, 4; PSP, 3. Na Câmara: PSD, 4; UDN, 1; PTB, 1; PR, 1. No Senado: PSD, 1; PR, 1.

Dentro do mesmo plano, a situação política estava delicada para o pessoal do Partido Social Democrático (PSD). Na verdade, o que havia era uma preocupação: Francisco Lacerda de Aguiar passou a sofrer certa rivalidade com Carlos Lindenberg e os dois sempre trocavam acusações entre si. Na verdade, Lindenberg era um entre os vários opositores a Chiquinho, bem como, Christiano Dias Lopes Filho, Dirceu Cardoso entre outros, o que caracterizou assim, uma ferrenha oposição.

Uma vez no governo do Estado, Francisco Lacerda de Aguiar procurou fazer atos de "bondade", conforme reportagem no periódico *ES Agora* (1972), com o funcionalismo público, aumentando os salários e a equiparação dos vencimentos dos inativos.

Carlos Lindenberg comenta sua postura oposicionista ao governo de Chiquinho com

o seguinte comentário:

Daí eu virei oposição e em tudo que ele trabalhava eu metia o pau. Fiz muito discurso contra Chiquinho no Senado, mas sempre mantendo a decência: fazia discursos contra acontecimentos, contra perseguições políticas, contra seus desmandos. O governo era de todo mundo, ele deu muitas terras, prejudicou, e muito, ao estado. Mas ganhou muito prestígio (...). Os desmandos do governo Chiquinho eram cada vez maiores, o funcionalismo ficava sem receber até seis meses (...) a situação era mesmo caótica. (ALMEIDA, pp. 372/373).

Por outro lado, ainda, perdido as eleições em 1954 para o Executivo, o PSD precisava se reerguer. Para isso, em 1955 o partido realizou uma convenção elegendo o senador Carlos Lindenberg para presidente do diretório regional do PSD. O partido no Espírito Santo apoiou Juscelino Kubitschek para a presidência da República, naquele ano. Já em 1956, o mesmo partido elaborou um plano de ação para a organização e reestruturação dos diretórios regionais e subdistritais, procurando estabelecer o máximo de renovação para atingir seus objetivos políticos.

Realizada, tempos depois, uma aliança entre o PSD e o PSP, Carlos Lindenberg foi lançado como candidato a governador, no pleito de 1958. As discussões entre Lindenberg e Chiquinho permaneceram por longo tempo na história política capixaba. O governador Francisco Lacerda de Aguiar disse que ninguém governaria depois dele, pois tornaria a tarefa insuportável.

No mais, ao que se observa, no decorrer do ano da nova disputa eleitoral, Carlos Lindenberg, em suas memórias, disse que já era candidato muito antes das eleições. Conta (episódio ocorrido em 29 de junho de 1958) uma passagem acontecida com ele e o advogado Waldemar Mendes ao encontrarem Chiquinho numa exposição de trabalhos em Cachoeiro de Itapemirim. Lindenberg relata que foram cumprimentar Chiquinho, pois ele estava sozinho. Waldemar, segundo Lindenberg, com aquele jeitão dele, muito abelhudo, disse:

Chiquinho, como é que vamos indo de sucessão?. Diz Chiquinho, com toda calma: Dr. Waldemar, eu já tenho meus planos feitos. Se eu perder esta eleição, ninguém vai poder governar depois de mim. – Você está brincando, não está?– Não senhor. Se eu perder, o senhor vai ver. (De Viva Voz, 1989, pp. 20/21).

Se no primeiro governo, Carlos Lindenberg diz ter encontrado várias dificuldades em normalizar a vida do Estado. Agora, no segundo mandato, afirma ter um grupo de dedicados amigos no qual se dispuseram a ajudá-lo e restaurar as finanças públicas e a economia, a autoridade e austeridade do Governo em prol da coletividade.

De acordo com suas memórias, Carlos Lindenberg procurou reorganizar o Estado e torná-lo progressista. Como um governador democraticamente eleito, o governo Lindenberg no ano de 1961 encarou a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart (situação política). Para tanto, colocar-se-á a favor da legalidade pela posse de Goulart tornando

patente seu governo com a democracia, ou pelo menos, aparentemente com ela. Por sua vez, com a crise do café (situação econômica), alvo este de um sem-número de discussões que também abrangerá futuros governantes capixabas.

## REFERÊNCIAS

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937). Elites políticas e reformismo autoritário.** Rio de Janeiro: ed. FGV, 2010.

ALMEIDA, Amylton de. SANTOS, Estilague Ferreira dos; ACHIAMÉ, Fernando (org). **Carlos Lindenberg**, um estadista de seu tempo. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2010.

**DE VIVA VOZ.** Vitória: Instituto Jones Santos Neves, 1989.

GURGEL, Antônio de Pádua. **Mário Gurgel.** Vitória, ES: Pro Texto Comunicação e Cult

\_\_\_\_\_. **Dr. Carlos:** um homem do campo e sua relação com o poder. Vitória: contexto jornalismo ltda., 2000ura, 2008.

GUALBERTO, João. **A invenção do coronel.** Vitória: UFES, 1995.

\_\_\_\_\_. Col. Grandes nomes do Espírito Santo. Texto: Carlos Benevides Lima Júnior. **Jones dos Santos Neves.** Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2007.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo, Estado, interesse e poder.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.

### a) Digitais

Cpdoc.br/produção/dossies/AEraVargas1. Acesso em maio de 2012.

RUAS, Henrique. O integralismo como doutrina política. Acesso em 10 de junho de 2007.

<http://leiase.com.br/wp-content/uploads>. Acesso em junho de 2014.

[www.seculodiário.com.br/arquivo2004/reportagens](http://www.seculodiário.com.br/arquivo2004/reportagens). Acesso em: 18/11/2012.

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em: 20/11/2012

[www.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins](http://www.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins). Acesso em 30/11/2012.

[www.camaradosdeputadosbrasileiros.gov.br](http://www.camaradosdeputadosbrasileiros.gov.br). Acesso em 23/10/2012.

### b) De Periódicos

**Jornal A Gazeta** (1961), (janeiro de 1963); 1964 (março/abril/maio/novembro de1964; *Folha Capixaba* (agosto/setembro de 1961).



MEDEIROS, Rogério. O velho PSD morreu, mas deixou suas raízes. Vitória, **A Tribuna**, 28/03/1982.

**Revista: Espírito Santo Agora.** Novembro de 1972 (Chico, Chiquim, Chiquinho); 1978 (Um político apolítico), 1979 (O trabalhismo capixaba).

### **c) De Documentação Primária**

Ata da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES), agosto/setembro de 1961.

Ata da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES), abril de 1964.

Anais do Congresso Nacional, agosto setembro de 1961 e 1964.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), Ofícios expedidos e recebidos pelo Governo do Espírito Santo e Secretariado, 1962, 1963 e 1964/Caixas (números) para consultas desses ofícios: 645,646 (1962); 651, 652, 655 (1963); 662,664, 666 (1964).

Acervo Pessoal de Carlos Lindenberg. Sobre a crítica ao comunismo. Documento datilografado de autoria de Carlos Lindenberg (s/d).

BLEY, João Punaro. O problema comunista e a segurança nacional. 24 de Novembro de 1961. Adquirido em janeiro de 2014.

Chefatura de Polícia, 03 de abril de 1961. Adquirido em 02 de maio de 2013.

Diário Oficial, 01 de janeiro de 1936, discurso de Getúlio Vargas, Museu da República, estado do Rio de Janeiro. Adquirido em dezembro de 2007.

Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, documento/manifesto sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE), adquirido em dezembro de 2007.

**SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI** - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Segurança do Paciente no contexto da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, dentre outras. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde em atividades de extensão universitária incluindo orientação de monitoria voluntária em cursos e eventos de extensão; desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, encontros, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS. Coordena o Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, atividade de extensão, que tem dentre os seus objetivos incentivar a produção acadêmica através de estudos, pesquisas e produção de textos com vistas à popularização da ciência e tecnologia. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Epidemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias.

**A**

Artesanato 90, 106, 107, 108, 109, 112, 115, 116, 118

**C**

Certificação 80, 81, 84

Comunidade 5, 53, 79, 81, 82, 122, 130, 131, 151

Covid-19 53, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79

Crescimento económico 150, 151

**D**

Defesa ambiental 77

Desenvolvimento 3, 7, 34, 35, 37, 38, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 116, 117, 118, 119, 125, 126, 132, 133, 134, 138, 139, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 161, 162, 163

Desenvolvimento local sustentável 149, 151, 152, 153, 154

Dimensão política 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Direito previdenciário 1, 2, 3, 9, 22

Direito público 2, 3, 49

**E**

Educação ambiental 76, 77, 78, 79

Educação básica 76

Empreendimentos incubados 80, 81, 82, 84

Empresas 7, 38, 42, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 108, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 135, 136

Encarceramento em massa 53, 58, 71

Execução fiscal 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52

**I**

Incubadoras 80, 81, 84

Industria 105

Inovação 80, 81, 84, 85, 86, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 120, 122, 125, 131, 135, 136

Inteligência coletiva 121

Interação dialógica 77

Interconectividade 121

**M**

Mídias sociais 23, 24, 26, 37

Morosidade 1, 21, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50

**P**

Pandemia 31, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79

Participação política 36, 160

Plano nacional 150, 155

Políticas públicas 28, 37, 38, 106, 108, 109, 111, 118, 119, 137, 144, 148

População carcerária 53, 58

Prática reflexiva 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Prestação de contas 23, 24, 25, 26, 27, 29, 35

Previdência social 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21

Prisões preventivas 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75

**R**

Recorte teórico 137, 139

Rede Asta 106, 107, 108, 109, 112, 114, 116, 117

Redes 25, 39, 78, 85, 87, 92, 102, 103, 107, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 132, 134, 135, 136

Revolução informacional 121

**S**

Seguridade social 1, 3, 4, 5, 6, 8, 22

Serviço Social 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 168

Sistema Judiciário 41, 42, 43, 50, 57

Sociedade em rede 122

Sucesso competitivo 86

Sustentabilidade 9, 37, 76, 77, 79, 80, 107, 108, 117, 131, 151, 154

**T**

Tecnologias de comunicação 24

Tribunal de Justiça 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 52, 54, 61, 65, 72

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 @atenaeditora


 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 4

  
Ano 2023

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 @atenaeditora

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 4

  
Ano 2023